



**José Manuel Mendes**  
Professor Associado  
com Agregação

## objetivo de investigação

O risco deve ser trabalhado sociologicamente para permitir a construção de comunidades resistentes e igualitárias. O estudo das desigualdades é realizado através da análise da vulnerabilidade social a nível nacional, e de forma aprofundada nos concelhos de Cascais, Câmara de Lobos e Lagos. Está a decorrer um projeto em parceria entre a Prefeitura de Teresópolis e a FIOCRUZ, Rio de Janeiro, e que consiste na aplicação da cartografia e do Índice de Vulnerabilidade social do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

# Risco, vulnerabilidade social e cidadania

●●● O estudo sociológico sobre o risco situa sempre os processos analisados nos contextos sociais, atendendo às atividades das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades. Obriga a estudar e a atender às desigualdades associadas ao risco, e à forma como as sociedades contemporâneas estruturam a diferença social a partir da definição de populações em risco e de populações vulneráveis ou vulnerabilizadas. A atual pandemia de covid-19 acentuou a importância do estudo dos regimes de regulação do risco e do conhecimento adquirido na redução dos riscos de desastre e da recuperação pós-desastre.

Assistindo nós ao fim dos seguros privados em relação aos riscos mais relevantes, e numa época de mudanças profundas associadas à crise climática, o Estado é em última instância o garante final do valor dos bens e das vidas



das pessoas. O Estado assume, assim, um papel central num tempo em que os riscos são, na sua maioria, de cariz global. Esta centralidade do Estado obriga a uma reflexão crítica sobre os direitos de cidadania, e sobre a forma como riscos podem colocar em causa a consecução dos princípios de uma cidadania plena.

Revela-se de extrema importância atender aos processos pelos quais a definição social do risco estrutura as sociedades em que vivemos, como

reproduz ou acentua as desigualdades existentes ou produz novas desigualdades, condiciona o modo como as comunidades e os grupos sociais se organizam e resistem aos diferentes perigos e enforma os tipos de Estado e respetivas políticas públicas de segurança.

O estudo das desigualdades perante os riscos faz-se a partir da análise científica da vulnerabilidade social e dos processos de vulnerabilização. A vulnerabilidade social representa o nível de resiliência e de resistência dos indivíduos e das comunidades quando expostos a processos ou acontecimentos perigosos. A capacidade de avaliar a vulnerabilidade social é progressivamente entendida como um fator chave para um efetivo processo de redução do risco. Independentemente das perspetivas diferentes adotadas pelos vários autores, parece haver consenso quanto ao facto de a vul-

nerabilidade social não ser uma simples consequência da exposição aos perigos, mas sim o resultado de condições de desigualdade social que precedem a ocorrência desses processos, e que podem estar relacionados com fatores como a pobreza, a idade, o sexo ou a classe social.

Uma lógica de participação cívica na construção de um espaço público dialógico em torno das questões do risco deve considerar as condições de vida dos seres humanos como membros de um coletivo social e o seu direito de integração e de realização de uma cidadania plena.

Num país fortemente marcado por processos de regulação do risco convencionais, claramente elitistas e assentes numa lógica administrativo-burocrática, o desafio é a coconstrução com os cidadãos e as cidadãs de um modelo de regulação do risco emergente que seja inclusivo e participativo.

clique aqui

veja aqui o vídeo da entrevista

